

**JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PLÁSTICOS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores
JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
Jaguariúna - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- Não nos foi apresentado relatório de movimentação dos estoques, não sendo possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os valores contábeis dos estoques, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$ 47.812.182, (R\$ 37.800.586 em 2020). Consequentemente, não foi possível confirmar a adequação desse saldo em 31 de dezembro de 2021, e dos seus eventuais reflexos no resultado do exercício findo nessa data e no patrimônio líquido.
- A empresa obteve em novembro de 2021 o trânsito em julgado de decisão favorável referente ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, e desta forma reconheceu contabilmente a receita de R\$ 18.624.288, referente aos impostos que já vinham sendo utilizados nas bases de apuração mensais e registrados como contingências em contas do passivo não circulante desde agosto de 2018. Entretanto, não foram reconhecidos os créditos referentes a períodos anteriores, uma vez que ainda não foi realizado um levantamento de valores para o reconhecimento. Desta forma, não foi possível formar opinião quanto a esta operação e seus reflexos no resultado do exercício findo nesta data e no patrimônio líquido.
- Não examinamos e nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Controlada Jaguarpack Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, não nos foi possível formar opinião quanto à adequação do valor de R\$ 2.781.834 em investimentos e R\$ 169.376 no resultado do exercício decorrente de equivalência patrimonial.



- Não foram apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. As normas contábeis requerem que na ocorrência de investimentos relevantes com influência significativa na administração, como no caso da Controlada Jaguapack Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, as Demonstrações Financeiras devem ser preparadas e apresentadas consolidadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros Assuntos

Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, que emitimos relatório em 04 de março de 2021, com ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

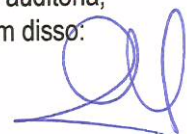
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 18 de março de 2022.


ALFREDO HIRATA
Contador CRC(SC) nº 018.835/O-7-T-SP

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	8.221.579	8.269.091
Contas a Receber de Clientes	7	68.875.191	62.676.238
Estoques	8	47.812.182	37.800.586
Impostos a Recuperar	9	9.096.876	7.098.897
Adiantamentos	7	8.038.009	7.154.798
Despesas do Exercício Seguinte	10	1.148.636	1.373.068
Total do Ativo Circulante		143.192.473	124.372.678
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a Receber de Clientes	7	21.820	622.985
Outros Créditos	7	186.876	126.266
Impostos a Recuperar	9	1.094.055	1.094.055
Despesas do Exercício Seguinte	10	2.204.136	2.895.820
Depósitos Judiciais	19	213.642	183.259
Total do Realizável a Longo Prazo		3.720.529	4.922.385
Propriedade para Investimento	11	38.894.000	34.950.000
Investimentos	12	2.883.780	2.514.404
Imobilizado	13	150.953.358	133.986.901
Intangível	14	47.477	106.160
Total do Ativo Não Circulante		196.499.144	176.479.850
TOTAL DO ATIVO		339.691.617	300.852.528

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	43.733.570	42.131.814
Empréstimos e Financiamentos	16	70.956.348	59.893.737
Obrigações Sociais	17	11.680.741	11.604.357
Obrigações Tributárias	18	14.337.468	7.220.323
Adiantamento de Clientes	15	3.974.154	3.572.643
Outras Obrigações		3.748.184	3.268.095
Total do Passivo Circulante		148.430.465	127.690.969
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	5.252.893	7.524.918
Empréstimos e Financiamentos	16	79.125.649	74.643.859
Obrigações Sociais	17	5.110.003	6.682.989
Obrigações Tributárias	18	10.284.129	26.858.397
Impostos Diferidos	26	23.300.554	21.317.975
Provisão Para Contingências	19	290.466	185.883
Total do Passivo Não Circulante		123.363.694	137.214.021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20.1	15.954.900	15.954.900
Reserva Legal		1.811.491	213.995
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.2	15.369.873	15.584.716
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo		50.836	82.193
Lucros (Prejuízos) Acumulados		34.710.358	4.111.734
Patrimônio Líquido		67.897.458	35.947.538
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		339.691.617	300.852.528

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita Operacional Líquida	21	474.373.712	325.678.194
Custos dos Produtos e Mercadorias Vendidos		(370.926.239)	(248.715.177)
Lucro Bruto		103.447.473	76.963.017
<i><u>Despesas Operacionais</u></i>			
Com Vendas	22	(34.403.892)	(25.981.307)
Gerais e Administrativas	23	(30.472.044)	(25.705.719)
Ganho (Perda) com Propriedade para Investimento	11	3.944.000	-
Equivalência Patrimonial	12	169.376	1.318.798
Outras Receitas/(Despesas)	24	24.537.840	(1.767.764)
Total das Despesas Operacionais		(36.224.720)	(52.135.992)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras		67.222.753	24.827.025
Receitas Financeiras	25	3.883.818	2.133.170
Despesas Financeiras	25	(26.546.192)	(20.913.609)
Lucro Antes dos Tributos		44.560.379	6.046.586
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	26	(10.627.881)	(1.244.145)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	(1.982.578)	(522.535)
Lucro do Exercício		31.949.920	4.279.906
Lucro por Ação:		2,00	0,27

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	Lucros e Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019	15.954.900	-	15.825.012	113.551	(225.831)	31.667.632
Lucro do Exercício	-	-	-	-	4.279.906	4.279.906
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(364.078)	-	364.078	-
Realização dos Impostos do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	123.782	-	(123.782)	-
Realização de AAP Reflexa de Controlada	-	-	-	(31.358)	31.358	-
Resultado Abrangente Total						4.279.906
Constituição de Reserva Legal	-	213.995	-	-	(213.995)	-
Em 31 de dezembro de 2020	15.954.900	213.995	15.584.716	82.193	4.111.734	35.947.538
Lucro do Exercício	-	-	-	-	31.949.920	31.949.920
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	(325.520)	-	325.520	-
Realização dos Impostos do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	110.677	-	(110.677)	-
Realização de AAP Reflexa de Controlada	-	-	-	(31.357)	31.357	-
Outros Resultados Abrangentes						-
Resultado Abrangente Total						31.949.920
Constituição de Reserva Legal	-	1.597.496	-	-	(1.597.496)	-
Em 31 de dezembro de 2021	15.954.900	1.811.491	15.369.873	50.836	34.710.358	67.897.458

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
MÉTODO INDIRETO
 (Em Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Exercício	31.949.920	4.279.906
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	10.777.771	10.153.779
(Ganho) Perda com Propriedade para Investimento	(3.944.000)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	(169.376)	(1.318.798)
Juros sobre Empréstimos	10.873.856	9.747.966
Variação Cambial	1.219.849	1.093.545
Provisão para Contingências	104.583	(244.660)
Impostos Diferidos	1.982.579	522.535
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(5.597.788)	(19.508.085)
Estoques	(10.011.596)	3.441.782
Impostos a Recuperar	(1.997.979)	(5.608.069)
Adiantamentos	(883.211)	577.345
Outros Créditos	825.123	795.090
Fornecedores	(670.269)	15.194.694
Obrigações Tributárias	(9.457.123)	2.098.634
Obrigações Sociais	(1.496.602)	2.020.584
Adiantamentos de Clientes	401.511	(11.800.631)
Outras Obrigações	480.089	854.492
Juros sobre empréstimos pagos	(9.951.872)	(8.921.445)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	14.435.465	3.378.664
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Imobilizados	(27.978.447)	(15.608.502)
Aquisição de Ativos Intangíveis	(8.569)	(16.725)
Aquisição de Investimento	(200.000)	-
Baixa de Ativos Imobilizados	301.471	559.397
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(27.885.545)	(15.065.830)
FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de Empréstimos e Financiamentos	80.418.572	76.576.190
(Pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	(67.016.004)	(60.077.099)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	13.402.568	16.499.091
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(47.512)	4.811.925
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	8.269.091	3.457.166
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	8.221.579	8.269.091

“As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras”.

JAGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A **Jaguar Indústria e Comércio de Plásticos S.A.** (Companhia) tem como atividade preponderante a fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal, doméstico e industrial; Fabricação de embalagens de material plástico; Fabricação de ferramentas, moldes, modelos e matrizes; Fabricação de produtos Trefilados de metal, exceto padronizados; Fabricação de peças e acessórios para uso em máquinas industriais; Manutenção e reparo de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico; Serviços de instalação e testes de máquinas e equipamentos industriais; Comércio atacadista de resinas e elastômeros; Serviços de rotulagem sob encomenda; Fabricação de móveis de material plástico; Comércio varejista de artigos plásticos para uso pessoal e doméstico; Comércio varejista de artigos para habitação; Comércio varejista e atacadista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; Comércio varejista de outros artigos não especificados anteriormente; outras atividades de serviços prestados principalmente às Companhias; e aluguel de imóveis próprios.

É uma sociedade anônima de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 1978 estão arquivados na Jucesp sob nº 395003627111; e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 48.839.872/0001-74, com sede na cidade de Jaguariúna - SP, Avenida Vincenzo Granghelli, nº 636, Bairro João Aldo Nassif, CEP 13.820-000.

1.1 – Impactos da COVID-19 nessas Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras não têm impactos relevantes relacionadas a pandemia.

A Administração avalia constantemente o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram observadas mudanças relevantes na estrutura de capital. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento ou outros fatores que prejudiquem os negócios.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 18 de março de 2022.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e a compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

Como a Companhia efetua o gerenciamento dos riscos de instrumentos financeiros estão detalhados na Nota Explicativa nº 4. Os instrumentos financeiros estão detalhados na Nota Explicativa nº 5.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras, todos com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente, quando aplicável. Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquido de reduções ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

3.7 Estoques

Os estoques de Matéria Prima e Material Secundário são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperados, inferiores aos valores de mercado. Os estoques de produtos acabados são demonstrados ao custo arbitrado (70% do maior preço de venda praticado no exercício), conforme legislação fiscal, artigo 308 do Decreto no 9.580, de 22 de novembro de 2018. Os estoques de produtos em elaboração são demonstrados ao custo arbitrado (150% do maior custo dos insumos adquiridos no período-base sem os impostos recuperáveis).

3.8 Investimentos

Os investimentos em que a Companhia não possui influência significativa na administração são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Já os investimentos em que a Companhia possui influência significativa na administração são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Propriedades para Investimento

As Propriedades para Investimento estão representadas por terra mantida pelo proprietário para valorização de capital, e não para:

- (a) utilização na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou por propósitos administrativos; ou
- (b) venda no curso normal dos negócios.

No reconhecimento inicial, a Companhia avalia a propriedade para investimento pelo seu custo. O custo de propriedade para investimento comprada abrange seu preço de compra e quaisquer custos diretamente imputáveis, tais como honorários legais e de corretagem, tributos de transmissão imobiliária e outros custos de transação.

A propriedade para investimento, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforço excessivos, é avaliada pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método da linha reta durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, pelo método da linha reta.

3.12 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

As propriedades para investimento que a Companhia possui foram mensurados com base no nível 2.

3.13 Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para estas demonstrações financeiras e Companhia concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

3.14 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo as de longo prazo, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

3.15 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.18 Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

3.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.20 Tributos sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

3.21 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.22 Receita de Contratos com Clientes

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato; (ii) Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

3.23 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- b) Impairment dos ativos imobilizados, intangíveis e estoques;
- c) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

NOTA 4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, adotando política conservadora de captação e aplicação de recursos financeiros, primando pela equiparação de indexadores.

• Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros	2021		Passivos financeiros	2021	
	Custo Amortizado	Total		Custo Amortizado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.221.579	8.221.579	Fornecedores	48.986.463	48.986.463
Contas a receber	68.897.011	68.897.011			
Total dos ativos financeiros	77.118.590	77.118.590	Total dos passivos financeiros	199.068.460	199.068.460

Ativos financeiros	2020		Passivos financeiros	2020	
	Custo Amortizado	Total		Custo Amortizado	Total
Caixa e bancos	8.269.091	8.269.091	Fornecedores	49.656.732	49.656.732
Contas a receber	63.299.223	63.299.223			
Total dos ativos financeiros	71.568.314	71.568.314	Total dos passivos financeiros	184.194.328	184.194.328

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	34.037	35.013
Bancos Conta Movimento	3.761.392	1.334.488
Bancos Conta Garantida	3.886.340	6.122.593
Aplicação Financeira	539.810	776.997
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.221.579	8.269.091

NOTA 7 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Contas a Receber de Clientes - Interno	65.972.557	63.540.015
Contas a Receber de Clientes - Externo	6.237.347	1.855.055
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.334.713)	(2.718.832)
Contas a Receber de Clientes	68.875.191	62.676.238

Partes Relacionadas	1.035.899	1.080.981
Adiantamentos	7.002.110	6.073.817
Parcela Circulante	8.038.009	7.154.798

Contas a Receber de Clientes	21.820	622.985
Adiantamentos	186.876	126.266
Parcela não circulante	208.696	749.251

Total a Receber de Clientes	68.897.011	63.299.223
Total das Demais Contas a Receber	8.224.885	7.281.064
Total Geral	77.121.896	70.580.287

Aging List Contas a Receber de Clientes

	2021	2020
Vencidos acima de 1 ano	3.334.192	2.718.832
Vencidos até 1 ano	3.256.194	4.849.841
A vencer em até 3 meses	57.300.700	49.924.198
A vencer entre 3 e 6 meses	8.113.765	7.562.795
A vencer de 6 meses a 1 ano	191.374	339.404
A vencer acima de 1 ano	35.499	622.985
Contas a Receber de Clientes	72.231.724	66.018.055

Contas a Receber por Tipo de Moeda

	2021	2020
Reais	65.994.377	64.163.000
Dólar	6.237.347	1.855.055
Contas a Receber de Clientes	72.231.724	66.018.055

NOTA 8 – ESTOQUES

	2021	2020
Matéria Prima	28.877.335	25.369.883
Material de Embalagem	3.208.889	1.548.242
Produtos Revenda - Fabrica Nova	328.266	73.190
Produtos Acabados – Fabrica Nova	8.551.606	5.988.637
Produtos em Elaboração – Fabrica Nova	6.414.171	4.358.937
Subprodutos	431.915	461.697
Total dos Estoques	47.812.182	37.800.586

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
Circulante		
ICMS sobre ativo imobilizado	1.311.120	1.844.730
PIS sobre ativo imobilizado	262.685	199.817
COFINS sobre ativo imobilizado	1.209.488	920.367
IRPJ (Nota 26)	-	138.377
CSLL (Nota 26)	-	55.467
PIS	1.114.818	667.552
COFINS	5.107.020	3.063.766
IPI	1.702	120.311
Outros	90.043	88.510
Total Circulante	9.096.876	7.098.897
Não Circulante		
ICMS sobre ativo imobilizado	1.094.055	1.094.055
Total Não Circulante	1.094.055	1.094.055
Total de Impostos a Recuperar	10.190.931	8.192.952

NOTA 10 – DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	2021	2020
Seguros a Apropriar	308.221	290.285
Encargos Financeiros a Apropriar	-	212.409
Licenças a Apropriar	148.731	178.690
Equipamentos em Comodato (a)	691.684	691.684
Total Circulante	1.148.636	1.373.068
Equipamentos em Comodato (a)	2.204.136	2.895.820
Total Não Circulante	2.204.136	2.895.820
Total de Despesas Antecipadas	3.352.772	4.268.888

(a) Equipamentos em Comodato

Foi efetuada parceria com cliente de um projeto dedicado para produção por exclusividade, como parte desta parceria a Companhia recebeu equipamentos, moldes e automatismo importados em regime de comodato, ficando a seu encargo o pagamento dos impostos incidentes na nacionalização das referidas máquinas. Estes impostos pagos serão amortizados pelo tempo do contrato de comodato firmado

NOTA 11 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	34.950.000	34.950.000
Ganho (Perda) referente ajuste ao valor justo (Resultado)	3.944.000	-
Saldo em 31 de dezembro	38.894.000	34.950.000

As propriedades foram avaliadas a valor justo por meio de laudo elaborado por especialistas, com base nas normas técnicas NBR 14.653-2 e seguindo os parâmetros constantes na NBR 14.653-1.

As Propriedades para Investimentos da Companhia estão a seguir elencadas:

- a) Fazenda São Judas Tadeu no valor de R\$ 10.832.000 mantida pela Companhia com fins de valorização de capital e obtenção de receitas, onde detém direito à 75% da venda de tudo que for produzido.
- b) Gleba industrial na cidade de Jaguariúna, com terreno medindo 21.000 m², e área construída de 9.398,76 m², no valor de R\$ 20.230.000, mantida pela Companhia com vistas a valorização de capital e obtenção de receitas de arrendamento.
- c) Terreno com 600 m², e área construída de 393 m², no valor de R\$ 1.159.000, mantido pela Companhia com vistas a valorização de capital e obtenção de receita de aluguel.
- d) Terreno com 2.700 m², e área construída de 2.560 m², no valor de R\$ 6.673.000, mantido pela Companhia com vistas a valorização de capital e obtenção de receita de aluguel.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS

	Títulos de Capitalização	Altos do Camanducaia(1)	Jaguar Pack (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	2.614	1.293.659	1.296.274
Equivalência Patrimonial	-	-	(100.668)	(100.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	2.614	1.192.992	1.195.605
Equivalência Patrimonial	-	-	1.318.798	1.318.798
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.614	2.511.790	2.514.404
Adições	200.000	-	-	200.000
Equivalência Patrimonial	-	-	169.376	169.376
Saldo em 31 de dezembro de 2021	200.000	2.614	2.681.166	2.883.780

(1) Refere-se a participação de 25% da Companhia Altos do Camanducaia.

(2) Refere-se a participação de 99,9% da Companhia Jaguarpack Indústria e Comércio de Plásticos Ltda

NOTA 13 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Informática	Ferramentas	Imobilizado em Andamento(a)	Total
Taxas de Depreciação		3,33%	10%	8% a 10%	10%	20% a 25%	25%	10%		
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	10.558.655	55.509.013	19.372.077	94.437.301	7.213.282	4.268.018	3.327.407	495.469	7.923.856	203.854.139
Dep. Acum. e Impairment	-	(7.119.549)	(7.613.687)	(51.823.039)	(3.573.946)	(1.064.592)	(2.589.073)	(313.804)	-	(74.846.751)
Valor líquido contábil	10.558.655	48.389.464	11.758.390	42.614.262	3.639.336	3.203.426	738.334	181.665	7.923.856	129.007.388
Adições	-	-	19.518	-	363.362	900.317	342.328	55.631	13.927.346	15.608.502
Transferências	-	-	-	17.336.908	-	-	-	-	(17.336.908)	-
Baixas	-	-	-	-	(56.031)	(791.644)	-	-	-	(847.675)
Depreciação	-	(1.510.121)	(1.766.124)	(5.744.596)	(619.471)	(102.792)	(301.343)	(25.145)	-	(10.069.592)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	288.278	-	-	-	288.278
Saldo Final	10.558.655	46.879.343	10.011.784	54.206.574	3.327.196	3.497.585	779.319	212.151	4.514.294	133.986.901
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	10.558.655	55.509.013	19.391.595	111.774.209	7.520.613	4.376.691	3.669.735	551.100	4.514.294	218.614.966
Dep. Acum. e Impairment	-	(8.629.670)	(9.379.811)	(57.567.635)	(4.193.417)	(879.106)	(2.890.416)	(338.949)	-	(84.628.065)
Valor líquido contábil	10.558.655	46.879.343	10.011.784	54.206.574	3.327.196	3.497.585	779.319	212.151	4.514.294	133.986.901
Adições	-	42.200	322.805	-	168.407	125.090	356.402	66.901	26.896.642	27.978.447
Transferências	-	-	-	7.129.862	-	-	-	-	(7.129.862)	-
Baixas	-	-	-	(933.623)	-	(101.639)	-	-	-	(1.035.262)
Depreciação	-	(1.511.304)	(1.821.566)	(6.196.055)	(687.854)	(108.192)	(354.720)	(30.828)	-	(10.710.519)
Baixas da Depreciação	-	-	-	709.700	-	24.091	-	-	-	733.791
Saldo Final	10.558.655	45.410.239	8.513.023	54.916.458	2.807.749	3.436.935	781.001	248.224	24.281.074	150.953.358
Em 31 de dezembro de 2021										
Custo	10.558.655	55.551.213	19.714.400	117.970.448	7.689.020	4.400.142	4.026.137	618.001	24.281.074	245.558.151
Dep. Acum. e Impairment	-	(10.140.974)	(11.201.377)	(63.053.990)	(4.881.271)	(963.207)	(3.245.136)	(369.777)	-	(94.604.793)
Valor líquido contábil	10.558.655	45.410.239	8.513.023	54.916.458	2.807.749	3.436.935	781.001	248.224	24.281.074	150.953.358

(a) Os imobilizados em andamento em 31.12.2021 referem-se a: Adiantamentos para compra de máquinas e equipamentos (R\$12.506.020) e Construções e reformas em andamento (R\$ 11.775.054), todos com expectativa de conclusão durante o exercício de 2022.

Imóveis em Garantias

- . Fazenda São Judas Tadeu (MAT 30.436);
- . Terreno e prédio industrial (MAT. 15611 e 15612); e
- . Fábrica Nova - Terreno e imóveis (MAT. 6597 e 659)

NOTA 14 - INTANGÍVEL

	Softwares	Total
Taxa de Amortização	20%	
Em 31 de dezembro de 2019		
Custo	2.036.719	2.036.719
Amortização Acumulada	(1.863.097)	(1.863.097)
Valor líquido contábil	173.622	173.622
Adições	16.725	16.725
Amortização	(84.187)	(84.187)
Saldo Final	106.160	106.160
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	2.053.444	2.053.444
Amortização Acumulada	(1.947.284)	(1.947.284)
Valor líquido contábil	106.160	106.160
Adições	8.569	8.569
Amortização	(67.252)	(67.252)
Saldo Final	47.477	47.477
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	2.062.013	2.062.013
Amortização Acumulada	(2.014.536)	(2.014.536)
Valor líquido contábil	47.477	47.477

NOTA 15 – FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Fornecedores Nacionais	40.527.625	38.296.751
Fornecedores Exterior	3.205.945	3.835.063
Total de Fornecedores Curto Prazo	43.733.570	42.131.814
Adiantamentos de Clientes	3.974.154	3.572.643
Total de Adiantamentos de Clientes	3.974.154	3.572.643
Fornecedores Nacionais	159.832	115.434
Fornecedores Exterior	5.093.061	7.409.484
Total de Fornecedores Longo Prazo	5.252.893	7.524.918
Total a Pagar a Fornecedores	48.986.463	49.656.732
Total de Outras Contas a Pagar	3.974.154	3.572.643
Total Geral	52.960.617	53.229.375

Aging List Contas a Pagar	2021	2020
Vencidos	18.866	98.865
A Vencer em 30 dias	30.197.334	32.157.822
A Vencer de 31 a 60 dias	9.058.954	9.875.127
A Vencer acima de 60 dias	9.711.309	7.524.918
Contas a Pagar a Fornecedores	48.986.463	49.656.732
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais	40.687.457	38.412.185
Dolar	8.299.006	11.244.547
Contas a Pagar	48.986.463	49.656.732

NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2021	2020
Circulante		
FINAME	710.723	671.682
Giro	53.552.562	44.710.238
Financiamento Moeda Estrangeira	5.241.858	979.730
Consórcio	17.376	272.935
BNDES – Próplástico	11.433.829	13.259.152
Total do Circulante	70.956.348	59.893.737
Não Circulante		
FINAME	357.273	511.248
Giro	65.421.691	50.468.608
Consórcio	7.217	19.838
BNDES – Próplástico	13.339.468	23.644.165
Total do Não Circulante	79.125.649	74.643.859
Total de Empréstimos e Financiamentos	150.081.997	134.537.596
Taxas		
FINAME	De 2,5%-8% a.a	De 2,5% a 13% a.a
Capital de Giro	0,37%-1,37% a.a	De 0,37% a 1,17%
Consórcio	Taxa Adm. 5%	Taxa Adm. 5% a 6%
Por Data de Vencimento	2021	2020
Em até 6 meses	30.950.564	29.946.869
De 6 meses a 1 ano	40.005.784	29.946.869
De 1 a 2 anos	36.382.297	36.313.581
De 2 a 3 anos	23.217.685	20.819.075
De 3 a 4 anos	16.418.970	14.724.178
Mais de 4 anos	3.106.697	2.787.024
Total de Empréstimos e Financiamentos	150.081.997	134.537.596

Por Tipo de Moeda	2021	2020
Reais	144.840.139	133.557.866
Euros	5.241.858	979.730
Total de Empréstimos e Financiamentos	150.081.997	134.537.596

Os empréstimos da Companhia são garantidos pelo aval dos sócios e alienação fiduciária. Além disso, existem também imóveis dados em garantia, conforme descrito na nota 13.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
<u>Parcela Circulante</u>		
Salários a pagar	1.200.198	1.147.724
Pró-Labore	26.140	26.193
INSS a recolher	1.123.270	1.049.060
FGTS a recolher	343.864	315.823
Participações nos Resultados	120.689	91.737
Provisão de Férias e Encargos	4.599.167	3.882.811
Contribuição Sindical a Pagar	6.350	7.511
Provisão de PLR	2.606.307	3.209.778
Outros	81.770	71.851
Total Obrigações Sociais não Parceladas	10.107.755	9.802.488
Parcelamento de INSS	1.572.986	1.801.869
Total Obrigações Sociais Parceladas	1.572.986	1.801.869
Total Obrigações Sociais	11.680.741	11.604.357
<u>Parcela Não Circulante</u>		
Parcelamento de INSS	5.110.003	6.682.989
Total Obrigações Sociais Parceladas	5.110.003	6.682.989
	16.790.744	18.287.346

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
<u>Parcela Circulante</u>		
IRRF	433.168	333.616
IRPJ (Nota 26)	4.737.143	137.380
CSLL (Nota 26)	1.730.535	44.130
IPI	894.248	-
ICMS	994.797	-
ICMS ST	400.509	454.264
Outros	27.634	20.729
Total Obrigações Tributárias não Parceladas	9.218.034	990.119
Parcelamento de ICMS	1.469.172	2.579.942
Parcelamento de IPI	1.116.860	1.116.860
Parcelamento de PIS	110.954	110.954
Parcelamento de COFINS	511.508	511.508
Parcelamento PERT(a)	1.910.940	1.910.940
Total Obrigações Tributárias Parceladas	5.119.434	6.230.204
Total Obrigações Tributárias Circulante	14.337.468	7.220.323
<u>Parcela Não Circulante</u>		
Parcelamento de ICMS	1.727.072	3.196.244
Parcelamento de IPI	-	1.116.860
Parcelamento de PIS	-	2.154.288
Parcelamento de COFINS	-	9.923.010
Parcelamento PERT(a)	8.557.057	10.467.995
Total Obrigações Tributárias Parceladas	10.284.129	26.858.397
Total Obrigações Tributárias	24.621.597	34.078.720

(a) A Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), optando por pagamento da dívida consolidada em até 120 (cento e vinte) prestações mensais.

NOTA 19 – CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião dos assessores jurídicos, existem passivos contingentes de natureza, trabalhista e civil, considerados no geral com probabilidade possível de perda, no montante de R\$1.263.784 (R\$ 1.490.030 em 2020) para os quais não existem provisões constituídas. As contingências constituídas nas demonstrações financeiras referem-se as demandas com probabilidade de perda estimada como provável pelos assessores jurídicos.

	Trabalhista	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2019	430.543	-	430.543
Líquido de novas provisões e baixas no exercício	(244.660)		(244.660)
Em 31 de dezembro de 2020	185.883	-	185.883
Líquido de novas provisões e baixas no exercício	104.583		104.583
Em 31 de dezembro de 2021	290.466	-	290.466

Relacionados a estes processos, existem R\$ 213.642(R\$183.259 em 2020) em valores depositados em juízo.

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 15.954.900 (Quinze milhões novecentos e cinquenta de quatro mil e novecentos reais), dividido em 15.954.900 (Quinze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e novecentas) ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 cada uma, subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações	Ação R\$	Total em R\$
Vaner Vitor Versori	9.732.489	1,00	9.732.489
Rodolfo Antônio Versori	6.222.411	1,00	6.222.411
Total	15.954.900		15.954.900

20.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A Companhia optou por mensurar os itens mais representativos de Terrenos, Edificações, Benfeitorias, Veículos, Móveis, Equipamentos de informática e Máquinas e equipamentos, pelos valores justos, conforme laudo de avaliação de peritos avaliadores independentes, e utilizou esse valor justo como o custo atribuído desses ativos, cuja contrapartida foi reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial, líquida dos tributos diferidos. As avaliações foram feitas com base em transações recentes no mercado entre partes independentes.

A Companhia avaliou propriedade para investimento a valor justo, como a propriedade anteriormente era operacional o ganho está reconhecido no patrimônio líquido. Os efeitos desses ajustes, após as respectivas realizações por depreciação e baixa, podem assim ser demonstrados:

	2021	2020
Saldo a Depreciar do Custo Atribuído		
Terrenos	8.004.000	8.004.000
Terrenos – Transferido para Propriedades para Investimento	5.353.621	5.353.621
Edificações	2.903.615	3.111.016
Máquinas e Equipamentos	1.770.745	1.889.306
Ferramentas	8.322	7.880
Móveis e Utensílios	-	-
Equipamentos de Informática	(7.251)	(7.251)
Veículos	69.635	69.635
Total Ativo Imobilizado	18.102.687	18.428.207
Ganho com Propriedade para Investimento	5.185.000	5.185.000
Total Propriedade Para Investimento	5.185.000	5.185.000
Total	23.287.687	23.613.207
Tributos Diferidos - Passivo Não Circulante		
Provisão IRPJ	5.821.922	5.903.302
Provisão CSLL	2.095.892	2.125.189
Total (Nota 26.1)	7.917.814	8.028.491
Efeito Líquido em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Patrimônio Líquido	15.369.873	15.584.716

NOTA 21 – RECEITA COM VENDAS

	2021	2020
Venda de Produção - Mercado Interno	440.816.152	327.609.702
Venda de Produção - Mercado Externo	18.052.190	8.544.027
Revenda de Mercadorias	166.431.011	110.754.328
Industrialização para Terceiros	999.660	6.364.174
Prestação de Serviços	8.427	1.626.476
Receita Operacional Bruta	626.307.440	454.898.707
(-) Devoluções e Impostos	(151.933.728)	(129.220.513)
Receita Operacional Líquida	474.373.712	325.678.194

NOTA 22 – DESPESAS COM VENDAS

	2021	2020
Despesas com Pessoal	(4.075.583)	(3.422.439)
Transporte de Produtos Vendidos	(14.051.099)	(10.079.283)
Comissões sobre Vendas	(6.752.051)	(4.427.566)
Comissões sobre Revendas	(627.686)	(265.081)
Verbas Comerciais	(5.432.022)	(5.220.805)
Propaganda e Publicidade	(876.815)	(696.762)
Viagens e Estadias	(55.101)	(77.809)
Manutenção e Reparo em Veículos	(181.151)	(174.559)
Provisão para Perdas com Clientes	(615.881)	(39.137)
Outros	(1.736.503)	(1.577.866)
Total de Despesas Com Vendas	(34.403.892)	(25.981.307)

NOTA 23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Despesas com Pessoal	(20.949.382)	(18.477.815)
Pró-Labore	(420.000)	(420.000)
Segurança Patrimonial	(37.304)	(33.006)
Materiais e Serviços de Segurança	(115.880)	(85.493)
Manutenção e Reparos	(1.310.956)	(642.586)
Telecomunicações	(148.442)	(144.892)
Energia Elétrica	(301.183)	(306.334)
Manutenção e Reparo de Veículos	(303.209)	(267.493)
Materiais de Higiene e Limpeza	(1.268.325)	(1.213.007)
Assessoria e Consultoria	(1.034.652)	(520.086)
Serviços Contratados	(645.638)	(510.886)
Depreciação e Amortização	(1.662.462)	(1.582.676)
Provisão para Contingências	(104.583)	244.660
Outros	(2.170.028)	(1.746.105)
Total Gerais e Administrativas	(30.472.044)	(25.705.719)

NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2021	2020
Receitas de Locação	1.834.348	1.476.027
Outras Despesas	(156.777)	(84.514)
Resultado Líquido de Alienação de Ativos	(149.322)	22.263
Realização do AAP	(325.814)	(363.783)
Recuperação de Impostos (Nota 29)	18.624.288	-
Outras Receitas/(Despesas)	4.711.117	(2.817.757)
Total Outras Receitas e Despesas	24.537.840	(1.767.764)

NOTA 25 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2021	2020
Rendimento de Aplicação Financeira	33.893	1.814
Descontos obtidos	32.696	64.301
Juros Recebidos	659.673	484.242
Juros sobre capital próprio	192	39
Variações Cambiais	3.154.784	1.562.642
Custas cartório	2.580	20.132
Total das Receitas Financeiras	3.883.818	2.133.170

Despesas Financeiras	2021	2020
Juros Passivos	(200.824)	(1.704.980)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	(4.647.140)	(1.746.079)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(7.463.786)	(6.757.659)
Juros Próprio	(4.463.644)	(3.246.906)
Juros e Multas de Mora Pagos	(2.200.303)	-
Variações Cambiais	(3.229.719)	(4.491.715)
Descontos Concedidos	(2.249.008)	(1.102.928)
IOF e Taxas sobre financiamentos	(1.055.460)	(135.068)
Tarifas Bancárias	(1.036.308)	(1.728.274)
Total das Despesas Financeiras	(26.546.192)	(20.913.609)

Resultado Financeiro Líquido	(22.662.374)	(18.780.439)
-------------------------------------	---------------------	---------------------

NOTA 26 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

	2021	2020
Ativo		
IRPJ (Nota 9)	-	138.377
CSLL (Nota 9)	-	55.467
Total Ativo Circulante	-	193.844
Passivo		
IRPJ (Nota 18)	4.737.143	137.380
CSLL(Nota 18)	1.730.535	44.130
Total Passivo Circulante	6.467.678	181.510
IRPJ sobre diferenças temporárias	17.129.891	15.672.113
CSLL sobre diferenças temporárias	6.170.663	5.645.862
Total Passivo Não Circulante	23.300.554	21.317.975

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	2021	2020
IRPJ Corrente	(7.782.474)	(902.429)
CSLL Corrente	(2.845.407)	(341.716)
IRPJ Diferido	(1.457.778)	(384.217)
CSLL Diferido	(524.800)	(138.318)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	(12.610.459)	(1.766.680)

26.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% (15% mais adicional de 10%) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação de Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Passivos				Total
	Diferença Temporária				
	Propriedades para Investimentos no Resultado	Propriedades para Investimentos no Patrimônio Líquido	Custo Atribuído		
			Ativo Imobilizado no Patrimônio Líquido	Imobilizado Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2019	7.322.502	1.762.900	6.389.373	5.320.660	20.795.435
Constituição dos Tributos (Resultado)	-	-	-	646.322	646.322
Baixa dos Tributos (Resultado)	-	-	(123.782)	-	(123.782)
Em 31 de dezembro de 2020	7.322.502	1.762.900	6.265.591	5.966.982	21.317.975
Constituição dos Tributos (Resultado)	1.340.960	-	-	836.302	2.177.262
Baixa dos Tributos (Resultado)	-	-	(110.677)	(84.006)	(194.683)
Em 31 de dezembro de 2021	8.663.462	1.762.900	6.154.914	6.719.278	23.300.554

NOTA 27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Pessoal Chave da Administração: Conforme estabelecido e aprovado nas atas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de curto Prazo	2021	2020
Remuneração de Diretores	423.000	415.000
Encargos Sociais dos Diretores	110.230	104.270
	533.230	519.270

NOTA 29 – CRÉDITO DE PIS E COFINS (Exclusão do ICMS da Base de cálculo)

No exercício de 2021 a Jaguar Plásticos contabilizou uma receita no montante de R\$ 18.624.288, a partir do trânsito em julgado do processo de exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS, e após decisão final proferida pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no RE 574.706 / PR que confirmou o total o valor do ICMS constante nas notas fiscais de saída como base para o crédito.

A Jaguar já vinha utilizando os créditos de PIS/COFINS sobre a exclusão de ICMS da base de cálculo nas apurações mensais de impostos desde a obtenção de mandado de segurança em agosto de 2018, e contabilizando os ganhos como passivos até a obtenção do trânsito em julgado da ação judicial. Com a obtenção desta, todos os créditos utilizados foram reconhecidos como receita em 31.12.2021, na rubrica de “Outras Receitas e Despesas” (Nota 24). Os créditos anteriores a agosto de 2018 ainda não foram reconhecidos, uma vez que até o momento ainda não foram levantados todos os valores para habilitação do crédito.

NOTA 30 - COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguros para a proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes cobertos são considerados suficientes pela administração para a cobertura dos riscos envolvidos.